

Reformulação do Ensino Médio

- Audiência pública da Comissão Especial da Câmara Federal

Antonio Ibañez Ruiz, M.Sc., Ph.D.

Conselho Nacional de Educação

Brasília 22/10/2013

Lei de Diretrizes e Bases, N° 9.394, de 1996

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Baseado nesse princípio e considerando que estamos falando de uma educação que é básica, essa educação deve ser única e igual para todos.

Desafios e Propostas

- Currículo;
- Valorização dos Profissionais;
- Falta de Professores;
- Educação Básica Noturna (inclui educação profissional e educação de jovens e adultos);
- Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Avaliação

Educação Básica Noturna

- **Dados gerais do ensino médio (INEP-censo da educação básica 2011):**
 - Aprovação: 75,0 %
 - Repetência: 13,4 %
 - Evasão: 11,6 %
- **Dados gerais do ensino médio noturno:**
 - Aprovação: 64,2 %
 - Repetência: 18,0 %
 - Evasão: 18,0 %
- Obs.: A evasão no ensino médio diurno é de 6 %

Dados por idade e série do Ensino Médio Noturno-2011 (1ª série)

- Aprovados: 466.170 (53,3 %)
- Repetência: 177.883 (20,3 %)
- Evasão: 230.485 (26,4 %)
- **Faixa etária dos aprovados:**
 - menor de 15 anos (1,2 %)
 - entre 15 e 17 anos (63,9 %)
 - entre 18 e 19 anos (17,2 %)
 - Maior de 19 anos (17,7 %)

Continuação

- Quase 65 % dos alunos aprovados na primeira série do ensino médio noturno, em 2011, está com menos de 17 anos. Significa que quase 65 % dos alunos aprovados está na idade certa ou no máximo dois anos defasado.
- A proposta seria: a partir de 2016 os alunos com até dois anos de defasagem poderiam ser matriculados no ensino médio noturno regular.

Acima de dois anos de defasagem seriam matriculados no ensino médio noturno integrado à educação profissional, mas na educação de jovens e adultos

Continuação

- A cada 800 h, o aluno teria direito a um certificado de qualificação profissional, relativo ao itinerário do curso técnico em que realizou a matrícula.

Obs.: A duração total do Ensino Médio integrado à Educação Profissional é de 2400 h, sendo que 1200 devem ser de educação geral.

Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

- Hoje, essa alternativa garante o certificado do ensino médio e o diploma de técnico de nível médio na opção escolhida, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. São 3.200 horas ou quatro anos. Há uma queixa de ser muito longo, mas se fosse oferecido em escola de tempo integral, como é feito em algumas unidades da federação, poderia ser reduzido a três anos. O aluno que conclui nos IFETs é muito qualificado. Esta excelência deve-se a professores qualificados (não somente titulados), bons laboratórios (portanto teoria e prática) e trabalhos que vão além da sala de aula.

Currículo

- Inicialmente e, tendo por base, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares, as Orientações Curriculares, a avaliação da implementação das diversas Diretrizes, a vasta gama de experiências produzidas pelas escolas ao longo dos últimos anos e considerando as deliberações da CONAE 2014, o CNE deve se pronunciar a respeito da necessidade de construção de uma política curricular.

Continuação

- Fundamental manter a organização por área de conhecimento.
- Fundamental aprender a trabalhar a interdisciplinaridade, a teoria e a prática, a realização de pesquisa em sala de aula, a elaboração de projetos multidisciplinares e interdisciplinares e a preparação para o mundo do trabalho.

Valorização dos Profissionais

- Especificamente para o caso dos professores, o ensino deve ter por base a pesquisa, como princípio pedagógico;
- Formação continuada;
- Especialização, Mestrado, Mestrado Profissionalizante, Doutorado e pós-doutorado;
- Carreira docente;
- Progressão na carreira mediante avaliação do conhecimento e produção acadêmica;
- Salário compatível com a função de professor;
- Jornada de trabalho compatível com o trabalho acadêmico;
- Dedicção exclusiva.

Falta de Professores

- Em 2006, a CBE/CNE elaborou um trabalho em colaboração com o INEP, quantificando a falta de professores por disciplina, para o ensino médio e a educação fundamental.
- Imediatamente, o MEC assumiu a responsabilidade de melhorar a situação e tomou algumas medidas que constavam do documento.

Propostas emergenciais e estruturais para a Falta de Professores (CEB/CNE)

- **Propostas emergenciais:**
 - Contratação de profissionais liberais como docentes;
 - Aproveitamento de alunos de licenciaturas como docentes;
 - Bolsas de estudo para alunos carentes em escolas da rede privada;
 - Incentivo ao retardamento das aposentadorias de professores;
 - Incentivo a professores aposentados para o retorno à atividade docente;
 - Contratação de professores estrangeiros em disciplinas específicas;
 - Uso complementar de telessalas

Propostas Estruturais

- Formação de professores mediante licenciaturas polivalentes;
- Estruturação de currículos envolvendo a formação pedagógica;
- Instituir programas de incentivos às licenciaturas;
- Criação de bolsas de incentivo à docência;
- Critério de qualidade na formação de professores mediante EAD;
- Integração da educação básica e o ensino superior;
- Incentivo ao professor universitário dedicado à educação básica.

Avaliação

- **Finalidades do ensino médio (art. 35 da LDB):**

- I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Continuação

- O IDEB do EM não contempla os resultados de uma prova universal como contempla no EF, uma vez que não há prova universal no EM.
- A avaliação das escolas deveria considerar o quanto elas agregam de conhecimento ao aluno. Para isso deveria existir uma prova universal na terceira série do EM. A comparação entre essa avaliação parcial e a prova universal da 9ª série do EF informaria o agregado de conhecimento por parte da escola ao aluno.
- A avaliação deve considerar, também, o contexto sócio econômico financeiro e cultural do aluno e da escola para ter um valor mais real da situação.
- Não devemos continuar com uma avaliação do ensino médio que só considera uma das finalidades (no caso a I). É necessário considerar as outras finalidades para poder falar em avaliação do ensino médio.
- Nesse caso o que nós temos com aplicação do ENEM é um processo de seleção.
- A certificação pelo ENEM, após os 18 anos, mediante obtenção de nota mínima, retira a motivação de jovens com mais de 18 anos a permanecer na escola. Um jovem com três anos de defasagem muito provavelmente prefere obter o certificado do que concluir o ensino médio, que é mais demorado e bem mais chato.
- Seria muito mais produtivo, dar a esse jovem uma qualificação para o mundo do trabalho ao mesmo tempo que conclui o ensino médio.

Tarefas

- Iniciar um planejamento, junto com as Secretarias de Estado da Educação, para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, incluindo a formação continuada de professores.
- Introduzir metas de expansão da educação profissional integrada com o ensino médio.
- Implementar propostas emergenciais para a falta de professores.
- Construir a curto prazo uma política curricular e o currículo.